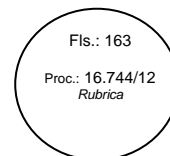




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



Processo nº: 16.744/12

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF

Assunto: Tomada de Contas Especial

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis prejuízos decorrentes do recebimento indevido de vencimentos por servidora da Secretaria de Saúde, no período de 10.11.04 a 31.12.09.

Decisão nº 1.639/16. Revelia da Sra. Moema de Carvalho Madeira. Irregularidade das contas em exame. Notificação da interessada para recolhimento do débito apurado nos autos. Expedição do Acórdão de nº 247/16.

Recursos de reconsideração admitido pela Decisão nº 2.640/16.

Análise de mérito.

Corpo Técnico, opina pelo desprovimento do recurso interposto, concedendo novo prazo à interessada para recolher o débito imputado, mantendo incólumes os termos da Decisão nº 1.639/16.

Ministério Público manifesta-se no mesmo sentido.

Despacho Singular nº 407/16 – GCAM: deferimento do pedido de sustentação oral.

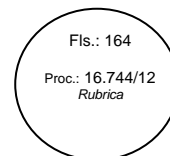
Voto apresentado na Sessão Ordinária nº 4.918, de 06.12.16, pelo provimento do recurso.

Vista dos autos concedida ao Conselheiro Inácio Magalhães Filho. Revisor acompanha a Unidade Técnica e o Órgão Ministerial.

Reapresentação do Voto proferido por esta Conselheira na SO nº 4.918/16. Provimento do recurso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



RELATÓRIO/VOTO

Trata-se de Tomada de Contas Especial - TCE instaurada pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF – STC, para apurar responsabilidades por possíveis prejuízos decorrentes da percepção indevida de vencimentos pela servidora da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, Moema de Carvalho Madeira, médica lotada na Unidade de Psiquiatria do Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF, no período de 11.11.04 a 31.12.09.

Por meio da Decisão nº 1.639/16, fl. 40, o Tribunal considerou revel a interessada, deliberando pela irregularidade desta TCE e notificação da Sra. Moema para que promovesse o recolhimento do valor de R\$ 223.791,66 (duzentos e vinte e três mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), devidamente atualizado.

Inconformada, a servidora interpôs recurso de reconsideração, cujo mérito se encontra em discussão.

Na Sessão Ordinária nº 4.918, de 06.12.16, na condição de Relatora dos autos, lancei meu VOTO pelo provimento do recurso, com a consequente reforma da Decisão nº 1.639/16 para considerar regulares as contas especiais em exame.

Naquela oportunidade o nobre Conselheiro Inácio Magalhães Filho pediu vista dos autos.

O Revisor acompanhou a Unidade Técnica e o Ministério Público, manifestando-se pela negativa de provimento ao recurso, mantendo na íntegra os termos da Decisão nº 1.639/16 e do Acórdão nº 247/16.

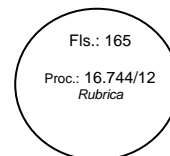
Os termos finais de seu voto foram assim consignados:

Passo a me manifestar acerca da matéria abarcada pelo recurso de reconsideração e deixo consignado que este Tribunal em situação pretérita já se debruçou sobre a matéria através dos estudos realizados nos autos do Processo n.º 12.633/2005, proferindo a Decisão n.º 6.806/2007, deixando consignado o entendimento desta Casa acerca da matéria ora discutida, nos seguintes termos:

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da Informação nº 79/2007 - CICE, fls. 86/94; II - considerar cumprida a Decisão TCDF nº 4.966/2006, que determinou a complementação dos estudos em apreço, mediante análise



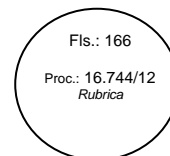
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



comparativa com o Processo nº 1.141/2002; **III - dar ciência aos órgãos e entidades jurisdicionados que, nos casos de pagamentos indevidos a servidores, ativos e inativos, e pensionistas devem observar as orientações a seguir:** a) não será objeto de instauração de tomada de contas especial o erro unilateral da Administração que dá origem a pagamentos indevidos e que decorreu de falha nos procedimentos administrativos de rotina, garantido ao servidor o direito à informação e ao esclarecimento de dúvidas, devendo ser observado quanto à restituição dos valores recebidos a mais, que: **1. a simples constatação da boa-fé e de o beneficiário do erro não haver contribuído para a sua ocorrência não justificam a dispensa da restituição dos valores indevidamente recebidos, para não caracterizar o enriquecimento sem causa à custa do erário;** 2. a restituição dos valores deve ser feita de ofício, mediante descontos na folha de pagamento do servidor, como procedimento de rotina, independentemente de anuência do interessado; 3. devem ser respeitados os limites legais de desconto previstos para os diferentes regimes laborais que os servidores tenham com o Distrito Federal (estatutário, celetista ou militar); 4. é conveniente, nos casos de pagamentos indevidos continuados, que a reposição seja feita, no mínimo, pela mesma quantidade de parcelas quantas corresponderam aos pagamentos indevidos; **5. somente poderá ser dispensada a devolução dos valores recebidos a mais quando constatada a falha de interpretação da norma legal de regência, assim considerada a interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração, abrangendo, também, a hipótese em que a Administração, unilateralmente, modificou entendimento até então tido como legal, limitada a dispensa à data em que foi conhecida a mudança de entendimento;** b) deve ser instaurada tomada de contas especial, a fim de apurar os fatos, quantificar o dano, identificar os responsáveis e evidenciar o nexo de causalidade entre a conduta do agente público e o dano suportado, garantido aos eventuais responsáveis o contraditório e a ampla defesa: **1. na constatação de erro crasso de procedimento, assim considerado o erro desarrazoado, de tal monta que não poderia passar despercebido por quem lhe deu origem ou pelo seu beneficiário;** **2. nas situações em que se supõe que o servidor concorreu ativamente para a percepção indevida dos valores, em proveito próprio ou de outrem;** **3. a reparação poderá ser feita espontaneamente ou pela intervenção da Procuradoria Geral do Distrito Federal, por provocação do jurisdicionado ou do Tribunal de Contas do Distrito Federal;** IV – autorizar: a) a desapensação e o arquivamento do Processo nº 1.141/2002; b) seja levantado o sobrestamento do Processo nº 264/2002, determinado pela Decisão nº 2.844/2005; c) o arquivamento dos autos. Parcialmente vencidos a Revisora,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que manteve o seu voto, e o Conselheiro RENATO RAINHA, que apresentou a seguinte redação para a alínea "a" e para o subitem "1" da alínea "b" do item III: "III.; a) não será objeto de instauração de tomada de contas especial o erro unilateral da Administração que dá origem a pagamentos indevidos e que decorreu de falha nos procedimentos administrativos de rotina, sendo regular a dispensa de ressarcimento ao erário com fundamento na boa-fé do beneficiário, no caráter alimentar da verba percebida e no princípio da segurança jurídica; b); 1. no caso de comprovada má-fé;"

Tenho que o encaminhamento proposto pela n. Relatora, ao dar provimento ao recurso interposto não merece prosperar visto que, nos autos diante das informações prestadas o que se entende é que o pagamento não ocorreu por interpretação equivocada da lei, e sim, por simples falha da administração, cabendo, portanto, a restituição ao erário dos valores percebidos indevidamente.

Ao compulsar os autos, percebo que fica claro a existência de falha por parte da Administração ao realizar os pagamentos de 40 horas nos vencimentos da servidora, que na prática estava submetida à jornada de 20 horas.

Deixo consignado que no caso em comento a questão da má-fé ou de boa-fé se torna secundária, prevalecendo a necessidade do ressarcimento ao erário pelo recebimento de vencimentos indevidos.

Em decisões assemelhadas o entendimento aplicado por esta Casa tem sido em conformidade com o item III.1 da citada decisão, onde prevalece a necessidade de ressarcimento ao erário evitando o enriquecimento sem justa causa.

Cabe, assim, manter o julgamento das presentes contas como irregulares, a imputação do débito devidamente atualizado (com incidência de correção monetária e juros de mora), conforme deliberado na Decisão n.º 1.639/2016 e no Acórdão n.º 247/2016.

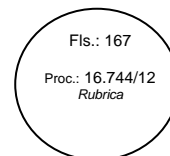
Nesse sentido, em que pese os argumentos suscitados pela n. Relatora, tenho que, nesta fase recursal, deve prevalecer na íntegra os termos da Decisão n.º 1.639/2016 e do Acórdão n.º 247/2016.

Assim sendo, em harmonia com o propugnado pela unidade instrutiva e pelo *Parquet* especial entendo que a Corte de Contas deve deliberar pelo não provimento do recurso de reconsideração manejado pela Sra. Moema de Carvalho Madeira.

Diante de todo o exposto, VOTO, em harmonia com a área instrutiva e o *Parquet* especial, no sentido de que o eg. Plenário:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



- I. tome conhecimento:
- a) da Informação n.º 187/2016 – SECONT/1ª DIACONT (fls. 89/96);
 - b) do Parecer n.º 925/2016-DA (fls. 97/105);
- II. no mérito, negue provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Moema de Carvalho Madeira, mantendo-se, na íntegra, os termos da Decisão n.º 1.639/2016 e do Acórdão n.º 247/2016, concedendo-lhe novo prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento aos cofres do GDF do débito que lhe foi atribuído em sede de TCE, no valor de R\$ 248.341,61, atualizado em valores de 1º.07.2016, conforme demonstrativo de fl. 88, a ser corrigido até a data do efetivo pagamento, nos termos da LC n.º 435/2001;
- III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada.

Considerando a eleição desta Conselheira para a Presidência do TCDF, foi designado o Conselheiro Manoel de Andrade como relator dos autos.

Todavia, o digno Conselheiro entendeu não ser possível assumir tal atribuição, conforme argumentos apresentados à fl. 162 (Despacho Singular n.º 85/17 – GCMA), em razão de já haver nos autos voto por mim proferido como Relatora recursal.

Retoma-se, portanto, a discussão.

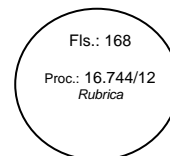
Em que pesem os argumentos trazidos pelo nobre revisor, reafirmo minha convicção de que o pagamento indevido à servidora, no caso em tela, permite a dispensa de ressarcimento, vez que foi decorrente de erro da Administração, bem como que a interessada em nada contribuiu para o recebimento de valor equivocado. Sendo possível presumir sua boa fé.

Por oportuno, reproduzo os termos do VOTO que lancei na última assentada:

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial - TCE instaurada pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF - STC, para apurar responsabilidades por possíveis prejuízos decorrentes da percepção indevida de vencimentos pela servidora da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, Moema de Carvalho Madeira, médica lotada na Unidade de Psiquiatria do Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF, no período de 11/11/2004 a 31/12/2009.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCEIA MACHADO



Examino, nesta oportunidade, o mérito do recurso de reconsideração (fls. 45/46 e 49/79) interposto pela interessada contra a Decisão nº 1.639/2016, vazada nos seguintes termos:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I — considerar, nos termos do art. 13, § 3º da Lei Complementar nº 1/94, a Sra. Moema de Carvalho Madeira revel, por não ter atendido ao chamado da Corte; II — julgar, na forma do art. 17, inciso III, alíneas "b" e "d", e art. 20 da Lei Complementar nº 1/94, irregulares as contas especiais em exame; III — notificar, com fulcro no art. 26 da Lei Complementar nº 1/94, a Sra. Moema de Carvalho Madeira Azevedo para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolha o valor de R\$ 223.791,66 (em 26.10.2015), que deverá ser atualizado monetariamente até a data do efetivo pagamento, na forma da ER nº 13/03; IV — autorizar, desde já, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 1/94, caso não haja manifestação da responsável; V — aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; VI — autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências pertinentes."

O Corpo Instrutivo, mediante a Informação nº 187/2016, entendeu que o Tribunal deve considerar improcedentes as razões recursais, mantendo-se, na íntegra, os termos da Decisão nº 1.639/2016 e do Acórdão nº 247/2016.

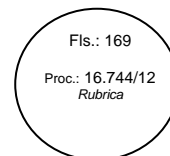
Isso porque, de acordo com o Enunciado nº 79¹ desta Corte, a Decisão nº 3.478/2014, que ratificou os termos da Decisão nº 6.806/2007², e o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 840/2011, a simples constatação da boa-fé e de o beneficiário do erro não haver contribuído para a sua ocorrência, por si sós, não justificam a dispensa da restituição dos valores indevidamente recebidos, para não caracterizar o enriquecimento sem causa à custa do erário.

O Ministério Público assentiu ao entendimento da Unidade Técnica, conforme se vê:

¹ Nos casos de valores pagos a maior, se a impugnação nada disser sobre o seu ressarcimento, a causa da ilegalidade deverá ser avaliada pela Administração, dispensando-se a restituição do indébito na hipótese de falha na interpretação da norma legal de regência, salvo se houver erro crasso de procedimento.

- Lei nº 8.112/90, arts. 46, 122 e 185, § 2º;
- Decisão TCDF nº 2.050/97 - Processo nº 7.696/96;
- Decisão TCDF nº 1.239/97 - Processo nº 3.585/96.

² Decisão nº 3478/2014 (Processo nº 34.771/2013), preservando o posicionamento adotado no item III, a.1, da Decisão nº 6.806/2007



30. Ao contrário, a Administração, no caso, foi surpreendentemente eficiente na concessão de alteração da jornada que, requerida em **09/11/2004** (folha 22-apenso), restou autorizada pelo Secretário de Estado de Saúde no dia seguinte, em **10/11/2004**¹ (folha 22-v, apenso), com efeitos financeiros a partir da data da autorização; um dia antes de entrar em vigor novo normativo regulamentador²; efetivando-se os devidos pagamentos e alterando-se as folhas de frequência, a partir de então.

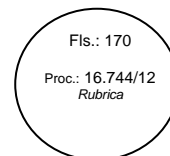
31. O erro alardeado pela Recorrente, corroborado por depoimentos prestados no bojo Processo Administrativo Disciplinar, diz respeito à suposta **ausência de comunicação** pelo Setor de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde à servidora, o que teria induzido sua inércia, mantendo-a em erro e, portanto, cumprindo jornada laboral de 20h/sem.; circunstância fática controvertida.

32. Sobre o tema, a despeito de o **MPCDF** não afastar a possibilidade da ocorrência de falha administrativa no que toca à comunicação da alteração pleiteada pela servidora, entendo de elementar detecção, senão notória, a **ilegitimidade da retenção dos valores recebidos** pela Recorrente, porquanto a concessão da nova carga horária, ainda que, **ad argumentandum tantum**, não comunicada, restou devidamente **publicada** no DODF n.º 223, de 24/11/2004; **gerou efeitos financeiros de monta**, representados, **impressos e perceptíveis** no bojo dos contracheques acessados pela Recorrente (folhas 178 a 239-apenso) e, obviamente, no incremento material de sua capacidade financeira; além de implicar a alteração das folhas de frequência **assinadas pela própria servidora**, em formulário com **expresso indicativo** de que a jornada a que se reportava era de 40 h/sem. e não de 20h/sem. (**exempli gratia**, folhas 7 a 18-apenso).

33. De modo que as circunstâncias estão longe de comprovar ou fazer presumir a boa-fé da Recorrente. Ao contrário, o **MPCDF** entende comprometida, de pronto, a boa-fé objetiva da servidora responsabilizada que, diante de sua formação profissional (médica e servidora concursada) e alegada competência, durante **5 anos** recebeu, **silente**, remuneração **incompatível com a efetiva prestação laboral** à Administração e à sociedade, ao argumento de não detectar o acréscimo de **100% em seu vencimento básico mensal** (folhas 178 a 239); letargia inconciliável com o **standard** de comportamento esperado da servidora no caso concreto e dos servidores públicos em geral, ao esteio do regime jurídico a que se

¹ Publicada em 22/11/2004, com efeitos retroativos à data da autorização.

² Decreto n.º 25.324/2004, publicado em 11/11/2004.



submetem.

34. Na hipótese, isoladamente, em nada altera esse entendimento a natureza alimentícia dos valores indevidamente integralizados ao patrimônio da Recorrente.

35. Em igual medida, são completamente improcedentes os argumentos que intencionam justificar a falta de diligência da própria Recorrente, a teor da aprovação do Plano de Carreira nos termos da Lei n.º 3.323/2004. Primeiro porque, à luz do que já registrei, de **per se**, inadmissível a premissa. Segundo porque a referida lei foi aprovada ainda em fevereiro de 2004, agregando pequenos acréscimos ao vencimento básico da servidora – à época posicionada na Terceira Classe, Padrão IV, da Estrutura do Plano de Cargos¹ – a partir de 1º/03/2004²; valores bem inferiores aos R\$ **817,73**, lançados a partir da autorização da carga horária de 40h/sem.

36. Ademais, se a servidora conhecia o referido Plano de Carreira a ponto de, como alega, confundir os acréscimos dele decorrentes com os valores adicionados a partir da opção de 40h/sem., deveria saber também que a lei de regência, Anexos II (20h/sem.) e III (40h/sem.), previa valores bem distintos para uma e outra opções, com pequenos aumentos escalonados **a cada ano**, o que, contraditoriamente, torna improvável, pouco crível e inadmissível o equívoco alegado.

Com as devidas vênias, dissinto do entendimento dos Órgãos Instrutório e Ministerial.

Vale destacar, inicialmente, que é cediço meu entendimento nesta Casa acerca de não se mostrar possível o ressarcimento ao erário de indébito por servidores que tenham percebido vencimentos ou proventos de boa-fé, sendo o motivo do pagamento indevido erro exclusivo da Administração.

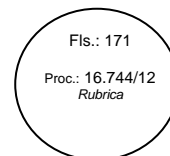
O pagamento indevido à servidora decorreu da sua opção pela jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 10.11.2004 e 31.12.2009, em face de circunstâncias equivocadas de rotina da própria Secretaria de Saúde, às quais a servidora não concorreu.

¹ R\$ 817,73.

² R\$ **20,25**, a partir de 1º/03/2005 e R\$ **58,21**, a partir de 1º/09/2005, já considerada a mudança para o Padrão V, ambos para a carga horária de **20h/sem**, que, segundo alega, acreditava estar cumprindo a servidora. Os vencimentos básico passaram a ser acrescidos de 180% a título de Gratificação de Atividade Médica (art. 7º, II, da Lei n.º 3.323/2004)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



Em situações dessa natureza, tenho me posicionado no sentido de que a boa-fé do servidor público o isenta da obrigação de restituir valores indevidamente lançados em sua folha de pagamento, quando não haja concorrido para o erro do órgão pagador, mormente porque a verba que se pretende repor ao erário tem natureza alimentar, tornando-a irrepetível.

De acordo com os elementos constantes dos autos, subsidiados pelos esclarecimentos prestados pelo representante da servidora, em sua sustentação oral, convenci-me de que a servidora agiu de boa-fé.

A servidora requereu a alteração da jornada de trabalho de 20 para 40 horas semanais, em 10.11.2004, entendendo, porém, que sua pretensão não foi deferida pelo fato de ter sido comunicada oralmente, pela sua chefia imediata, de que nenhum servidor da SES/DF seria contemplado com o aumento da jornada para o ano de 2005. Além do mais, não foi cientificada pela jurisdicionada, entendendo que não haveria razão para cumprir carga maior do que aquela que já exercia junto ao órgão, ou seja, de 20 horas semanais.

Outro fato que ficou demonstrado nos autos foi o de que, ao longo dos cinco anos (2004 a 2009), a Secretaria não solicitou que a servidora cumprisse escala maior do que a que exercia, bem como não buscou corrigir a sua carga horária nem ajustar seu contracheque.

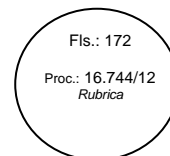
Assim é que a servidora, acreditando não exercer 40 horas semanais, solicitou, em 23.12.2009, novo pedido de concessão de alteração de jornada de trabalho, de 20 para 40 horas semanais, aí sim, naquela data, tendo o pedido deferido, e devidamente cientificada, em 04.01.2010 (fl. 23-v).

A apresentação de novo pedido de alteração de jornada de trabalho, pela servidora, configurou, a meu ver, a certeza de que ela não vislumbrava ser detentora de 40 horas semanais de trabalho, ficando afastada, definitivamente, a má-fé da servidora no episódio. Ademais, a recorrente acreditava que o aumento dos valores constantes em seus contracheques era devido ao reajuste de salário, proporcionado pelo novo Plano de Cargos e Salários aprovado pela Secretaria.

O deferimento do segundo pedido da servidora, pela jurisdicionada, expõe o seu erro diante da primeira solicitação, haja visto a ausência de cientificação da recorrente. Verifico,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



também, que a jurisdicionada prosseguiu no erro, efetuando pagamentos indevidos por cinco anos, gerando prejuízo ao erário, por ausência de fiscalização sobre a justeza da folha de ponto e da escala da médica.

Portanto, no meu entendimento, não há dúvida de que a servidora agiu de boa-fé objetiva, que é a que não se presume, e que se deduz da sua condição como médica psiquiatra, que acreditava que o aumento de salário, ocorrido a partir de 2005, era decorrente do novo Plano de Cargos e Salários aprovado pela Secretaria e não da alteração da sua jornada para 40 horas semanais, mesmo porque fora avisada por sua chefia mediata que seu pedido havia sido indeferido.

Retomando, então, a meu ver, a conjugação do erro da Administração com a boa-fé da servidora, que não interferiu na concessão da vantagem indevida, isenta-a de recompor o erário.

Adicionalmente, existe, ainda, o fato de a verba em questão possuir natureza alimentar, o que também impede a servidora de devolvê-la.

Demais disso, não se pode olvidar do princípio da confiança, que permeia a Administração Pública, consistente no fato de que entendia que estava percebendo a quantia correta do estado, princípio esse que poderia ser desatendido caso se obrigue a servidora a repor a quantia ao erário.

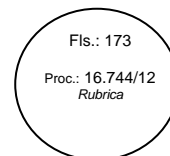
Ao final, reitero, meu entendimento, mesmo que o erro da Administração, que resultou no pagamento indevido à servidora, ainda que pudesse ser caracterizado como crasso, os demais fatores, relativos à boa-fé da interessada, à sua não influência no pagamento a mais percebido e à natureza alimentar desse pagamento, fartamente demonstrados nos autos, são suficientes para se autorizar a dispensa do ressarcimento ao erário pela servidora.

Isso posto, firme nas razões que levaram ao meu posicionamento inicial, reapresento meu VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

- I – no mérito, dê provimento ao recurso de reconsideração interposto pela servidora Moema de Carvalho Madeira contra a Decisão nº 1.639/16, disso dando ciência à recorrente;
- II – reforme o item II da Decisão nº 1.639/16, para julgar regulares as contas especiais em exame, na forma do art. 17, inciso I, e art. 18 da Lei Complementar nº 1/94;
- III – aprove, expeça e mande publicar o acórdão em anexo;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



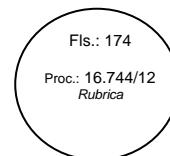
IV – autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, em 07 março de 2017.

ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Relatora



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



ACÓRDÃO Nº/.....

Ementa: Tomada de Contas Especial.
Contas regulares. Quitação à responsável.

Processo TCDF nº 16.744/12

Nome/Função/Período: Moema de Carvalho Madeira Azevedo, Médica da Secretaria de Estado de Saúde.

Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Relatora: Conselheira Anilcéia Machado

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pela Relatora, com fundamento nos art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em dar quitação à responsável.

ATA da Sessão Ordinária nº , de de 2017.

Presentes os Conselheiros:

Decisão tomada: por maioria/unanimidade.

Representante do MP presente: Procurador(a)

Presidente

Relatora para o acórdão

Fui presente:

Representante do MP